

Face ao silêncio da HCB, o IGEPE deve fornecer explicações sobre os endividamentos multimilionários

- As novas dívidas multimilionárias são ainda mais preocupantes pelo facto de a HCB ser maioritariamente participada pelo Estado. A deterioração da autonomia financeira da HCB deverá afectar a já elevada exposição do Estado a riscos fiscais por via do Sector Empresarial do Estado (SEE) cuja gestão está sob tutela do IGEPE.



Há sensivelmente duas semanas, mais concretamente no dia 06 de Janeiro, o CDD¹ fez uma publicação na qual alertava para o aumento sem precedentes do risco financeiro da HCB e apontava para a necessidade de maior transparência no processo de “corrida” ao endividamento que se assiste a nível da empresa. O alerta foi tomado de ânimo leve pela empresa, que continua a apostar num “secretismo” sobre a sua estratégia de endividamento e as suas implicações.

É no mínimo estranha a forma como as informações sobre as dívidas multimilionárias da empresa estão a ser tratadas. Com efeito, até a esta altura, um mês depois de terem sido rubricados dois importantes acordos de financiamento no valor de 247 milhões de euros (de um total de 507 milhões de euros pretendidos pela empresa), não se encontra na página oficial da empresa nenhuma informação sobre os pacotes de empréstimo em causa, sua *raison d'être*, nem como deverão afectar a situação financeira da empresa e os rendimentos do Estado e dos moçambicanos na qualidade de accionistas.

Esta situação é preocupante não só pela forma pouco transparente como o processo tem sido conduzido, mas também pelo *timing* (político) dos endividamentos multimilionários. Existem muitas questões, diga-se, legítimas, por esclarecer sobre o investimento de meio milhão² de euros pretendidos pela empresa. É que além de ser maioritariamente participada pelo Estado (85% da estrutura accionista), cidadãos moçambicanos detêm acções nesta importante empresa que, idealmente, devia voluntariamente disponibilizar informações confiáveis e oportunas sobre o desempenho dos seus negócios, activos e situação financeira.

Recorde-se que, em Julho de 2019, a HCB aderiu ao mercado oficial de cotações da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) numa operação que consistiu na venda de 4% das suas acções, tendo

prometido dispersar a segunda tranche, correspondente a 3,5%, logo que as “condições” o permitissem³. Na altura, o CDD questionou a racionalidade da mediatizada Oferta Pública de Venda (OPV) com o argumento de que a HCB não tinha necessidades financeiras que justificassem o recurso ao financiamento via mercado de capitais (muito provavelmente com mais motivações políticas do que económicas)⁴.

Contudo, três anos depois, quando aparece um programa de modernização com necessidades de financiamento “sérias”, o mercado de capitais, que tem como função principal mobilizar recursos de longo prazo para projectos de investimento, sequer é mencionado. Até que ponto o mercado de capitais contribuiria para o actual processo de mobilização de recursos? E os lucros que a empresa tem acumulado? São questões como estas que não existiriam caso a empresa tivesse optado por uma estratégia de comunicação mais clara sobre o seu plano de investimentos.

As novas dívidas multimilionárias são ainda mais preocupantes pelo facto de a HCB ser maioritariamente participada pelo Estado. E aqui a questão é como é que a deterioração da autonomia financeira da HCB deverá afectar a já elevada exposição do Estado a riscos fiscais por via do Sector Empresarial do Estado (SEE) – cerca de 11,6% do PIB em 2022, e, sobretudo, se estas considerações mereceram a devida atenção por parte do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE).

A HCB permaneceu, por muito tempo, no selecto grupo de empresas com boa saúde financeira e baixo risco financeiro no conjunto das empresas maioritariamente problemáticas do SEE. Com efeito, em 2021, a HCB e outras três empresas (EMOSE, CFM, ENH) destacaram-se por apresentar um nível de alavancagem baixa⁵ e forte capacidade de resposta às obrigações financeiras (baixo risco fiscal).⁶

¹ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Apos-registar-lucro-historico-em-2021-a-HCB-embarca-numa-empreitada-de-endividamentos-multimilionarios.pdf>

² https://www.afdb.org/sites/default/files/songo_substation_and_power_plant_esia_volume_i_executive_summary.pdf

³ <https://www.hcb.co.mz/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-e-Contas-2021-PT.pdf>

⁴ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Accionistas-da-lucrativa-HCB-v%C3%A3o-receber-dividendos-irris%C3%B3rios-de-0.064-por-cada-ac%C3%A7%C3%A3o-comprada-por-3-meticais.pdf>

⁵ A alavancagem é a utilização de recursos de terceiros para potenciaizar os ganhos em um investimento.

⁶ <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/relatorios-de-riscos-fiscais/1703-relatorio-de-riscos-fiscais-2023/file?force-download=1>

Distribuição percentual das empresas do SEE por tamanho de activos e risco de crédito (2021)

NÍVEL DE RISCO DE CRÉDITO				
		Baixo	Moderado	Alto
TAMANHO DE ACTIVOS	Grande	(HCB, CFM, ENH, EMOSE) 16,7%	0%	(LAM, PETROMOC, ADM, TMCEL, EDM) 20,8%
	Média	(BNI, STEMA) 8,3%	(RBL e STEMA) 8,3%	EMODRAGA, TVM, RM, SMM) 16,7%
	Pequena		(MONTEBINGA) 4,0%	SN, TRANSMARITIMA, INM ENPCTM, HICEP e EMOPESCA) 25%

Fonte: Relatório de Riscos Fiscais para 2023

É expectável que o nível de risco de crédito aumente na sequência da empreitada de endividamentos multimilionários em curso na empresa, aumentando o seu risco fiscal. Mais precisamente, é muito provável que a empresa caminhe em direcção àquelas que são consideradas empresas-cancro do SEE (LAM, TMCEL, entre outras). E porque tal cenário implica necessariamente um incremento da exposição do Estado aos riscos

fiscais por via do SEE, o CDD entende ser urgente uma comunicação do IGEPE, na qualidade de gestora das participações do Estado e fazendo valer as atribuições e competências constantes no seu Estatuto Orgânico (Decreto no 46/2001 de 21 de Dezembro), sobre o que está de facto a acontecer na HCB e que estratégias estão sendo perseguidas para mitigar o risco financeiro emergente dos planos de investimento da empresa.



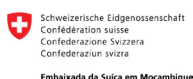
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

